

GUIA PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
Estrutura e Formatação de Artigo - ABNT

FACSETE – Faculdade sete Lagoas

GUIA PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
Estrutura e Formatação de Artigo - ABNT

Orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos da Faculdade Sete Lagoas - FACSETE, para uso dos alunos e professores de todos os cursos de graduação superior e pós-graduação.

SUMÁRIO

1	O ARTIGO CIENTÍFICO – ABNT	6
1.1	Estrutura do Artigo Científico	6
1.2	Elementos pré-textuais	6
1.2.1	Título e subtítulo.....	6
1.2.2	Título e subtítulo em língua inglesa.....	7
1.2.3	Autoria.....	7
1.2.4	Resumo na língua vernácula.....	7
1.2.5	Palavras-chave.....	7
1.2.6	Datas de submissão e aprovação.....	7
1.3	Elementos textuais	8
1.3.1	Introdução.....	8
1.3.2	Desenvolvimento.....	8
1.3.2.1	<i>material e métodos</i>	8
1.3.2.2	<i>resultados e discussão</i>	8
1.3.3	Conclusão.....	9
1.4	Elementos pós-textuais	9
1.4.1	Resumo em língua inglesa.....	9
1.4.2	Palavras-chave em inglês (abstract)	9
1.4.3	Referências.....	9
1.4.4	Apêndice.....	9
1.4.5	Anexo.....	10
1.4.6	Agradecimentos.....	10
2	PLÁGIO	10
2.1	Tipos de plágio	12
2.2	Proteção ao direito autoral	13
3	CONSIDERAÇÃO FINAL	14
	REFERÊNCIAS	15
	ANEXO A: FORMATAÇÃO	16
	ANEXO B: MODELO	18

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo auxiliar os alunos e professores da faculdade Sete Lagoas - FACSETE no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos, dos cursos de graduação superior e pós-graduação.

Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas as normas da ABNT citadas na referência, utilizando uma linguagem acessível a todos que necessitarem de consultar este material. A consulta a este trabalho não dispensa as orientações do professor, por não tratar das questões metodológicas.

1. O ARTIGO CIENTÍFICO - ABNT

Segundo a NBR 6022 (2018) o artigo científico é “parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento”.

1.1. Estrutura do Artigo Científico

O artigo deve ser organizado de acordo com a estrutura que segue:

Elementos pré-textuais	Título e subtítulo (se houver) no idioma do documento (obrigatório) Título e subtítulo) na língua inglesa (obrigatório) Autoria (obrigatório) Resumo na língua vernácula (obrigatório) Palavra-chave na língua vernácula (obrigatório) Resumo na língua inglesa (obrigatório) Palavras-chave (abstract) na língua Inglesa (obrigatório) Datas de submissão (obrigatório)
Elementos textuais*	Introdução (obrigatório) Desenvolvimento (obrigatório) Conclusão (obrigatório)
Elementos pós-textuais	Referências (obrigatório) Anexos (opcional)

Nota: * A nomenclatura dos títulos dos elementos textuais fica a critério do autor, ou seja, ele pode dividir o trabalho em capítulos e titulá-los da forma que achar mais conveniente.

1.2 Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais, também chamados de parte preliminar, compõem-se das informações iniciais necessárias para uma melhor caracterização e reconhecimento da origem e autoria do trabalho.

1.2.1 Título e subtítulo (obrigatório)

Escrito na mesma língua do texto e podem diferenciados tipograficamente ou separados por dois pontos (:). Deve claro e objetivo evitando-se formulas, abreviações e outros que dificultem a compreensão do conteúdo do artigo.

1.2.2 Título e subtítulo em língua inglesa (obrigatório)

É o título em língua vernácula, traduzido para a língua inglesa, inserido logo abaixo do título no idioma do texto.

1.2.3 Autoria (obrigatório)

Indicar o nome por extenso de forma direta: prenome (abreviado ou não) e sobrenome, depois do título em língua inglesa. Para mais de um autor, os nomes podem ser grafados na mesma linha, separados por vírgula, ou linhas distintas. A descrição da função e nome da instituição a qual pertencem, endereço eletrônico e endereço de contato serão indicados em nota de rodapé em sobrescrito.

1.2.4 Resumo na língua vernácula (obrigatório)

Texto, em parágrafo único, sem recuo, com espaço de 1,5 entre linhas e quantidade predeterminada de palavras, no qual se expõem o objetivo do artigo, a metodologia utilizada para solucionar o problema, os resultados alcançados e as conclusões do trabalho de forma concisa, com um mínimo de 100 palavras e no máximo 250 palavras. Não deve conter citações e deve ser constituído de uma sequência de frases e não de uma simples enumeração de tópicos. O verbo deve estar na voz ativa e na 3ª pessoa do singular. (ABNT, NBR6028, 2003, p. 2).

1.2.5 Palavras-chave (obrigatório)

São palavras características do tema que servem para indexar o artigo. São utilizadas no máximo cinco palavras. Elemento obrigatório e devem figurar abaixo do resumo, antecidas da expressão: Palavras-chave, separadas entre si por ponto.

1.2.6 Datas de submissão e aprovação

Devem ser indicadas as datas (dia, mês e ano) de submissão e aprovação do artigo para publicação.

1.3 Elementos textuais

São os elementos que compõem o texto do artigo. Dividem-se em introdução, desenvolvimento e conclusão.

A nomenclatura dos títulos dos elementos textuais fica a critério do autor.

1.3.1 Introdução

A introdução expõe o tema do artigo, relaciona-o com a literatura consultada, apresenta os objetivos e a finalidade do trabalho, definições, conceituações, hipóteses, pontos de vista e abordagens, e a justificativa da escolha do tema. Trata-se do elemento explicativo do autor para o leitor. “Não se aconselha a inclusão de ilustrações, tabelas e gráficos na introdução”. (FRANÇA, 2014, p. 74)

1.3.2 Desenvolvimento

O desenvolvimento ou corpo, como parte principal e mais extensa do artigo, visa a expor as principais ideias. É em essência a fundamentação lógica do trabalho. Dependendo do assunto tratado, existe a necessidade de se subdividir o desenvolvimento nas etapas que seguem em seções e subseções conforme a NBR6024 (2012). Deve-se adotar o sistema de numeração progressiva para a subdivisão do tema.

1.3.2.1 *material e métodos (metodologia)*

É a parte onde se descreve os métodos utilizados no desenvolvimento do trabalho de forma concisa, porém completa;

1.3.2.2 *resultados e discussão*

Comparação das ideias, refutam-se ou confirmam-se os argumentos apresentados, mediante um exercício de interpretação dos fatos ou ideias demonstradas é onde o autor apresenta os resultados de forma detalhada. Deve incluir ilustrações (quadros, gráficos, etc.)

1.3.3 Conclusão (ou considerações finais)

A conclusão destaca os resultados obtidos na pesquisa ou estudo. Deve conter uma resposta para a problemática do tema apresentado na introdução. Deve ser breve, concisa e referir-se às hipóteses levantadas e discutidas anteriormente. O autor pode expor seu ponto de vista pessoal com base nos resultados que avaliou e interpretou e poderá também incluir recomendações ou sugestões para outras pesquisas na área.

1.4 Elementos pós-textuais

São elementos que complementam o trabalho.

1.4.1 Resumo em língua inglesa (obrigatório)

Tradução para o inglês. Deve ser a tradução literal do resumo em português.

1.4.2 Palavras-chave em inglês (abstract) (obrigatório)

Tradução para o inglês. Deve ser a tradução literal das palavras-chave em português.

1.4.3 Referências (obrigatório)

É um conjunto de elementos que permitem a identificação, no todo ou em parte, de documentos impressos ou registrados em diferentes tipos de materiais. As publicações devem ter sido mencionadas no texto do trabalho e devem obedecer às Normas da ABNT 6023/2018. Trata-se de uma listagem de livros, artigos e outros elementos de autores efetivamente utilizados e referenciados ao longo do artigo.

1.4.4 Apêndice (opcional)

Deve ser identificado nesta ordem: a palavra Apêndice seguida de letras

maiúsculas consecutivas, travessão e respectivo título, com o mesmo destaque tipográfico das seções primárias e centralizado, conforme ABNT 6024. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos apêndices, quando esgotadas as 26 letras do alfabeto. Ex.:

Apêndice Z – Contagem dos bovinos da Fazenda Esperança
Apêndice AA – Contagem de caprino das Fazenda Esperança

1.4.5 Anexo (opcional)

Deve ser identificado nesta ordem: a palavra Apêndice seguida de letras maiúsculas consecutivas, travessão e respectivo título, com o mesmo destaque tipográfico das seções primárias e centralizado, conforme ABNT 6024. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos apêndices, quando esgotadas as 26 letras do alfabeto.

Ex.:

Anexo A – Representação gráfica de células inflamatórias

1.4.6 Agradecimentos

Texto sucinto, que deverá ser aprovado previamente pelo periódico. É o último elemento textual

2 PLÁGIO

O plágio é caracterizado no ato de copiar, imitar obra alheia, apresentando como seu, um trabalho intelectual advindo, de fato, de outra pessoa. Reproduzir, ainda que em pequenas partes, um texto, sem citar sua fonte, é considerado plágio. Havendo citação, porém sendo esta incompleta, há caracterização de irregularidade, de descumprimento das normas pertinentes à citação e às referências bibliográficas. (BALBI, 2009)

A Lei de direitos autorais (Lei n. 9.610) estabelece que reproduzir um texto, ainda que indicando sua fonte, mas sem autorização do autor, pode constituir crime de violação de direitos autorais. Desse modo, é conveniente na elaboração de todo e

qualquer trabalho acadêmico, a existência de uma redação própria, autônoma, livre de reprodução indiscriminada do potencial intelectual alheio, podendo, porém, buscar o aluno, inspiração conceitual, doutrinária e ideológica em distintas fontes. Entretanto, na confecção de uma pesquisa científica é essencial um estudo profundo que possa embasar conclusões próprias, diretrizes que de alguma forma, possam contribuir no crescimento na nação. É bom saber, que a caracterização de plágio em trabalhos acadêmicos pode acionar o rigor da Lei n. 9.610, sujeitando o infrator à punição, e no mínimo sua expulsão da Instituição de Ensino Superior à qual encontra-se vinculado. Em suma, originalidade é imprescindível em todo e qualquer trabalho acadêmico, mas em caso do aproveitamento de citações alheias, estas devem estar corretamente sinalizadas e identificadas.

Popularmente conhecido como apropriação indevida de obra ou conteúdo alheio que é apresentado como sendo próprio, o plágio está relacionado diretamente ao cotidiano acadêmico caracterizado como prática desonesta, incompatível com o escopo universitário de criação e desenvolvimento do conhecimento, o que requer reflexão e posicionamento institucional.

O plágio pode acontecer de forma intencional, quando a fraude autoral é feita de forma deliberada, ou acidental, ou seja, sem que haja a intenção deliberada do redator em apropriar-se indevidamente de um conteúdo alheio.

Isso pode acontecer, entre outros fatores, porque se falha no processo de identificação das fontes utilizadas, seja por esquecimento, dificuldades de elaboração de paráfrases e/ou desconhecimento das convenções de normalização. (KROKOSZ)

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) solicita as IES que adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de teses, monografias, artigos e outros textos por parte de alunos e outros membros de suas comunidades (CAPES, 2011)

Plágio é o “ato ou efeito de plagiar; apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzida por outrem” (Dicionário Houaiss – 2009)

2.1 Tipos de plágio

a) Heteroplágio

Seria o modo mais comum e conhecido, e ocorre quando a cópia é perpetrada a partir de autoria de outra pessoa. Nesse caso, há o apossamento da obra escrita por outrem, e apresentada como do autor do plágio.

b) Integral

Nesse caso, há a cópia de todas as palavras de um trabalho inteiro, sem a referência à fonte original.

c) Parcial

Aqui, o trabalho é uma “colcha de retalhos” ou um “mosaico” formado por cópias de parágrafos, trechos e frases de autores diversos, sem mencionar suas obras. Nessa espécie de plágio, o autor do trabalho utiliza-se de “recortes” de várias fontes diferentes, acrescentando algumas palavras da sua própria lavra para organizar as ideias.

d) Acidental

Neste tipo, o redator não tem a intenção deliberada de plagiar, a vontade de cometer o delito. Ele ocorre por falta de conhecimento das técnicas e regras de citações e referências. Há, assim, desconhecimento ou descaso para com as convenções normatizadoras do processo de escrita. É insignificante, no caso de apresentação.

e) Plágio direto

Trata-se de cópia literal do texto original, sem referência ao autor e sem indicar que é uma citação.

f) Plágio indireto

É a reprodução, com as próprias palavras do redator plagiário, das ideias de um texto original, sem indicação da fonte. Nessa modalidade de plágio, o redator não copia literalmente o conteúdo do texto original, mas apenas as ideias que são expostas com outras palavras para driblar os detectores de plágio.

g) Plágio consentido

Trata-se de apresentação ou assinatura de trabalho confeccionado por outra pessoa, como se fosse de autoria própria, mas com anuência do verdadeiro autor, como acontece nos casos das vendas de trabalhos acadêmicos.

h) Autoplágio

Ocorre quando o autor copia trechos próprios, geralmente já publicados e conhecidos, como se fossem inéditos ou originais. Nessa modalidade, o redator é o próprio autor do conteúdo copiado, mas a forma com que ele é apresentado é o que constitui o plágio; há uma falsidade ideológica em relação ao ineditismo e originalidade da obra.

i) Plágio de fontes

É a utilização das fontes secundárias consultadas pelo autor originário, como se tivessem sido consultadas em primeira mão pelo redator plagiário. Nesse caso, o plagiário não mantém contato com as fontes citadas, mas induz o pensamento de que foram manuseadas e consultadas por ele.

Fonte: (Soares, R. **Proteção à autoria e combate ao plágio nas escolas e nas faculdades**. São Paulo: Gregory, 2014.)

2.2 Proteção ao direito autoral

Os direitos autorais são o conjunto de direitos dos autores em decorrência de suas obras intelectuais, que podem ser literárias, artísticas ou científicas. São divididos pela doutrina clássica em:

Direitos morais: São os de natureza pessoal – personalíssimos, inalienáveis, nos quais se inserem os direitos de paternidade e integralidade da obra, pertencendo exclusivamente ao autor que detêm os direitos de reivindicar, modificar, assegurar sua integridade e objetar quaisquer modificações ou prática de atos que possam prejudicá-la de qualquer forma, em sua reputação ou honra e a qualquer tempo, não podendo ser passíveis de cessão ou de renúncia pelo autor.

Direitos patrimoniais: aqueles que podem ser dispostos aos herdeiros, agentes, etc., como os de utilizar, fruir, dispor da obra sob qualquer forma, enfim, os direitos de controle sobre a reprodução (na totalidade ou em parte), a edição, a tradução ou adaptação, a incorporação da obra em um fonograma ou numa obra audiovisual, dentre outros. (Marcial FM. **Os direitos autorais, sua proteção, a liberalidade na internet e o combate à pirataria [internet]**. Rio Grande: Âmbito Jurídico, 2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-75/os-direitos-autorais->

sua-protecao-a-liberalidade-na-internet-e-o-combate-a-pirataria/. Acesso em: 05 dez. 2019.)

A proteção aos direitos autorais tem previsão:

- Constituição federal: Título II – Dos direitos e garantias fundamentais, capítulo I, dos direitos e deveres individuais e coletivos, art. Incisos xxvii e xxviii;
- Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, Lei dos direitos autorais (LDA);
- Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, Art. 184.

3 CONSIDERAÇÃO FINAL

Os padrões aqui adotados seguem as normas estabelecidas pela ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS e ainda alguns adotados pela Instituição. Deste modo, a Biblioteca se coloca à disposição para qualquer esclarecimento com relação a este manual e também para orientações e acompanhamento dos trabalhos de conclusão de curso quanto ao aspecto da apresentação formal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e Documentação: Citações em Documentos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719**: Informação e Documentação: Relatório técnico e/ou científico: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: Informação e Documentação: Projeto de pesquisa: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e Documentação: Trabalhos Acadêmicos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e Documentação: Referência: Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos**: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias, relatório entre outros trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). 3. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2019. Disponível em: www.pucminas.br/biblioteca. Acesso em Acesso em: 10/06/2019.

ANEXO A: Formatação

Texto	Fonte 12; Arial; espaçamento simples; Justificado.
Título e subtítulo	Título Centralizado em caixa-alta em negrito.
Seções	Alinhamento a esquerda e seguir a NBR 6024 e 6027
Numeração	Progressiva da introdução até a conclusão (NBR 6024)
Legenda das ilustrações e tabelas	Parte superior, centralizada, Arial, fonte 10
Fonte das ilustrações e tabelas	Parte inferior, centralizada, Arial, fonte 10
Espaçamento entre capítulos e seções	Duplo simples
Referências (no máximo 30)	Fonte 12; espaço simples, separadas por 1 espaços simples; alinhadas a esquerda.
Notas explicativas (NBR 10520)	Fonte 10, em espaço simples no rodapé
Citações curtas (até 3 linhas) (NBR 10520)	Inserida no texto; Citação textual entre aspas, com indicação do autor, data e página; Citação livre sem aspas, com indicação do autor, data. O número das páginas é opcional.
Citações longas (mais de três linhas - NBR 10520)	Recuo de 4 cm; espaço simples, fonte 10, sem aspas, com indicação do autor, data e página
Chamada das citações (NBR 10520)	Incluídas no parágrafo devem ser em letras minúsculas – como dia Abreu (2015, p. 26); Dentro de parênteses em letras maiúsculas (ABREU, 2015, P.26)
Sistema de chamada (NBR 10520)	Autor-data; deve ser seguido ao longo de todo o trabalho, permitindo a sua

	correlação na lista de referências ou em notas de rodapé.
Parágrafo	Recuado dois centímetros
Corpo do texto	Sem espaçamentos entre parágrafos
Numeração	Numeração progressiva

Anexo B: Modelo

	3 cm	
<p>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Public administration</p> <p>Maria Aparecida Santos* Eduardo Santos Souza**</p>		
<p>Resumo ←</p> <div style="border: 1px solid black; display: inline-block; padding: 2px;"> Simples duplo </div>		
	<p>Inicialmente, nos EUA, as PP não foram objeto da AP, dado o paradigma que presidiu a criação da disciplina, o da administração científica, que dissociava administração e política. Nos anos 1960 e 1970, o movimento de análise de políticas públicas levou à constituição de escolas e cursos de PP e à reformulação de cursos e programas de AP. Estes passaram a incluir disciplinas de políticas públicas, enquanto os novos cursos de PP incluíram disciplinas de gestão pública. As políticas públicas foram incorporadas pela AP no Brasil ao mesmo tempo que nos EUA, sob a influência daquele país. Tal incorporação refletiu, porém, especificidades da disciplina em nosso país: presença do desenvolvimentismo; valorização do planejamento; contexto ditatorial e tensão derivada da inserção institucional da AP: aqui, a vinculação da formação em administração pública à de administração de empresas levou à diluição da especificidade do objeto de AP, com reflexos sobre o desenvolvimento do campo de estudos de políticas públicas e da disciplina.</p>	2 cm
3 cm	<p>Palavras-chave: políticas públicas; análise de políticas públicas; administração pública</p> <hr style="width: 30%; margin: 10px auto;"/> <p>*Doutora de Direito Internacional. Professora título em Ciência Política da UNICSP **Mestre em Administração Pública; Coordenador do Curso de Administração Pública – UFV/MG</p>	
2 cm		

Fonte: do autor

1 Administração pública atual

A disciplina se constituiu, assim, a partir de uma das tradições de administração pública: a que, a partir do final do século XIX e início do século XX, consolidou-se nos EUA: a tradição “científica”. Tradições distintas caracterizaram a administração pública em outros países: a tradição do direito administrativo (law oriented) da Europa continental; a tradição pragmática prevalecente na Inglaterra e a tradição dos países comunistas (Hood, 1995). A administração científica concebia a administração pública como o espaço da execução, pelo Executivo, de políticas definidas na esfera da política (Henry, 1975). A burocracia deveria atuar de forma apolítica e imparcial, com base em uma sólida formação profissional. Deveria, nesta perspectiva, ser insulada, dominar “princípios científicos da administração” e obedecer a regras gerais de procedimentos (Hood, 1995; Henry, 1975). A administração pública era vista, assim, como uma ciência “livre de valores”, cuja missão era contribuir para que a administração governamental “funcionasse” de forma eficiente e econômica. O foco da disciplina era a preparação dos servidores para atividades-meio, centrais à atuação do Executivo e à implementação de políticas públicas: orçamento, gestão de pessoal e organização (Henry, 1975). Dado o paradigma central que marcou a administração pública nos primeiros 60 anos de seu desenvolvimento — baseado na separação entre administração e política — a política pública não foi objeto de análise por parte da disciplina, até os anos 1950 do século XX: “the study of public policy making and related matters was left to the political scientists”(Henry, 1975:379)←

2 Incorporação das políticas públicas

Espaço simples
duplo

Malgrado um processo de desenvolvimento marcado pela crise de identidade e pela tensão entre administração e política, é possível identificar na produção da área, desde os anos 1950, a presença incipiente do tema das políticas públicas e do processo decisório, num primeiro momento mais notadamente na vertente próxima à ciência política.

¹ Esta constitui a característica dominante da área no período. Como mostra Engelbert (1977), no entanto, ainda nos anos 1930, a Universidade de Harvard criou

ABSTRACT

The paper focus on the incorporation of public policy (PP) by public administration (AP), in the US and in Brazil. The paper is based upon an analysis of: a) studies about the development of PA as well as about PP; b) the presence of public policy as a subject in PA's journals and c) master programs on PA and on PP. The paper shows that PA in the beginning didn't include PP as its subject, due to the paradigm of the discipline, which dissociated administration and politics. But, in the sixties and seventies, the policy analysis movement was followed by the creation of schools and courses of PP and by the reform of the programs on PA. These programs include since then public policy analysis in its curricula and the new programs of PP include disciplines on management. In Brazil, the inclusion of PP as a subject by PA occurred at the same time as it occurred in the US, under the influence of this country. This inclusion reflected, nevertheless, Brazilian specificities such as the emphasis on development and on planning, the context of an authoritarian regime and the tension associated with the institutional insertion of the programs of PA: in Brazil the links between the courses of public administration with schools of business were responsible for a dilution of the identity of the PA subject, affecting the development of the field of public policy inside this discipline.

Key Words: public policy; policy analysis; public administration.

Centralizado; caixa alta; negrito; Arial 12

Referências em ordem alfabética

13

▶ REFERÊNCIAS

GOODNOW, Frank. **Politics and administration**. New York: Macmillan, 1900.

HENRY, Laurin L. Naspaa history. A summary report from the Naspaa Historical Project, prepared for Naspaa's 25th Anniversary Conference, Austin, TX, oct. 18-21, 1995. Disponível em: <www.naspaa.org>. Acesso em: 20 maio 2010.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). *Revista de Administração de Empresas*, v. 34, n. 3, p. 41-48, maio/jun. 1994.

LYNN Jr., Laurence E. A place at the table: policy analysis, its postpositive critics, and the future of practice. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 18, n. 3, p. 411-424, 1999.

MUÑOZ, Amato P. *Introdução à administração pública*. São Paulo: FGV, 1958

OSLAK, Oscar. Políticas públicas e regimes políticos: reflexões a partir de algu-mas experiências latino-americanas. *Revista de Administração Pública*, v. 16, n. 1, p. 17-60, jan./mar. 1982.

TORGERSON, D. Between knowledge and politics: three faces of policy analysis. *Policy Sciences*, n. 19, p. 33-59, 1986

WILSON, R.R. et al. *Governance in the Americas: decentralization, democracy and subnational government in Brazil, Mexico and the USA*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2008. v. 1.

Fonte 12; espaço simples, separadas por uma linha em branco de espaço simples: alinhadas a esquerda.